

## Defensoria Pública de Minas Gerais lança aplicativo móvel: facilidade na palma da mão para cidadãos, defensores e servidores

*Nova tecnologia oferece recursos para usuários internos da Instituição e para os assistidos, como agendamento e atendimento online e interação com defensores públicos*

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) deu mais um importante passo em sua consolidação na era digital. A Instituição inovou mais uma vez e lançou na segunda-feira, dia 31, o seu aplicativo móvel gratuito. O APP DPMG é mais um instrumento de acesso à orientação jurídica e de promoção dos direitos da população vulnerável. Além de funcionalidades para o público externo, que aproximam mais ainda a Instituição de seus assistidos e facilitam o acesso aos serviços, a plataforma mobile oferece também recursos específicos para uso de defensoras e defensores públicos e servidores da Casa.



[Clique aqui para ver o vídeo](#)

O APP DPMG é mais um resultado do investimento em recursos tecnológicos que a Defensoria de Minas tem realizado, com o objetivo de facilitar e agilizar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela Instituição e, também, otimizar o trabalho dos defensores públicos.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Defensorias Públicas ajuízam ACP e pedem suspensão de portaria do Ministério da Saúde por revitimizar mulheres em situação de violência sexual

*Assinam a petição inicial as Defensorias Públicas dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e a DPU*

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em conjunto com a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública de São Paulo e outras defensorias estaduais, ajuizou ação civil pública em face da União Federal pedindo a suspensão integral da eficácia da Portaria 2.282/2020, do Ministério da Saúde, que versa sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, nos casos previstos em lei, no Sistema Único de Saúde. Também caberá aos profissionais de saúde, de acordo com a Portaria 2.282/2020, preservar possíveis evidências materiais do crime de estupro,



tais como fragmentos de embrião ou feto, a serem entregues imediatamente às autoridades policiais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Comissões do Condege emitem nota técnica

A Comissão Especial de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão Permanente Criminal do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), das quais a Defensoria Pública do Estado Minas Gerais faz parte, emitiu uma nota técnica sobre a Portaria nº 2.282, do Ministério da Saúde, que traz novos procedimentos relacionados à interrupção da gravidez em caso de violência sexual.

[Clique aqui para ler a nota técnica](#)

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁGINAS 2 e 3
- > Na mídia PÁGINAS 2 e 4
- > Inspirando novas atitudes PÁGINA 3
- > Escola Superior PÁGINA 4 e 5
- > Procedimentos internos PÁGINA 6


**AÇÕES EM DESTAQUE**

## Defensoria Pública de Minas apresenta Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais

No dia 31 de agosto a Comissão de Atuação Institucional e Técnica, constituída para planejar e organizar a adequação do ambiente laboral às recomendações de prevenção à Covid-19, apresentou o Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais. A apresentação marcou mais uma etapa da preparação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) para a retomada presencial das atividades. Conforme estabelecido na Resolução Conjunta DPG / CGDPMG nº 009/2020, a DPMG segue as diretrizes do “Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo”, programa do Governo do Estado de Minas Gerais que orienta a retomada gradual das atividades de comércio, serviços e outros setores de acordo com a realidade de cada um dos 853 municípios mineiros, tendo em vista a necessidade de levar a sociedade gradativamente à normalidade, por meio de critérios e protocolos



sanitários que garantem a segurança da população. As ações propostas no Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais no âmbito da DPMG têm como premissas a proteção da saúde dos membros, servidores, funcionários terceirizados, estagiários, adolescentes trabalhadores, colaboradores e assistidos, e a continuidade do serviço público prestado pela Instituição, essencial à função jurisdicional do Estado.

[Clique aqui para ler o plano](#)

[Clique aqui para ler a matéria completa](#)

## Defensoria Pública participa de reunião no TJMG para traçar novas ações de expansão das Apacs em Minas

A defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, em atuação na Defensoria de Execuções Penais da Capital e conselheira da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em reunião entre o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Lemes, e uma comitiva da FBAC. O encontro, que teve o objetivo de discutir a expansão do número de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) no estado, aconteceu no dia 2 de setembro, na presidência do Tribunal.



O encontro, que teve o objetivo de discutir a expansão do número de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) no estado, aconteceu no dia 2 de setembro, na presidência do Tribunal. A Apac trabalha com uma metodologia de humanização do cumprimento da pena, no sentido de promover a recuperação e a reinserção social de pessoas privadas de liberdade. Em sua participação, Ana Paula Starling destacou a importância das Apacs e do apoio ao método. “O novo chefe do Judiciário mineiro demonstrou imensa simpatia e apoio incondicional às Apacs. A Defensoria Pública institucionalmente também abraça e aplaude a metodologia apaqueana, como método humanizado de cumprimento de pena, que realmente devolve o ser humano à sociedade muito melhor e recuperado do que quando esteve no mundo do crime”.

*Com informações do TJMG.*

[Leia a matéria na íntegra](#)



### NA MÍDIA

RÁDIO ITATIAIA

**Defensor público fala sobre atendimento da DPMG na área da saúde durante a pandemia**

[Ouça aqui](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensoria mineira garante direito à saúde e à vida a criança portadora de enfermidades

O êxito da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em uma ação rescisória garantiu o acesso de uma criança ao direito à saúde. A atuação é um exemplo da persistência da Instituição na defesa dos interesses dos seus assistidos. A ação, ajuizada pela defensora pública Mônica Alves da Costa, que atua em Ituiutaba, inicialmente teve seu pedido julgado procedente pela Vara da Infância e Juventude da comarca. No entanto, o Estado de Minas Gerais recorreu, e o Tribunal deu provimento ao recurso, de forma que a

medicação não seria mais fornecida à criança, tendo o acórdão transitado em julgado. A Defensoria propôs ação rescisória e conseguiu a liminar, assegurando o fornecimento pelo Estado de Minas Gerais, ao tratamento de saúde pleiteado. Entre vários aspectos, o magistrado relator do caso entendeu que, acaso fosse negado o medicamento solicitado, o “perigo de dano” seria à própria vida da criança, podendo levar a paciente a óbito.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

### ‘Caminho para o Recomeço’ entrega cestas a mais 45 famílias em situação de vulnerabilidade

*Projeto social, realizado em Conselheiro Lafaiete, visa oferecer produtos alimentícios e de higiene para famílias vulneráveis e entregou 124 cestas desde que foi iniciado*

O projeto “Caminho para o Recomeço”, iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Conselheiro Lafaiete, fez no mês de agosto mais uma entrega de cestas básicas, desta vez a 45 famílias de pessoas em cumprimento de pena ou presas provisórias.

A ação, que tem também a participação da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG, auxilia na subsistência de famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário, em situação de vulnerabilidade financeira.



A ação começou em junho, com a entrega de cestas para 40 famílias. Em julho, a iniciativa alcançou 39 grupos familiares.

[Leia a matéria na íntegra](#)

### Ação de apoio à população em situação de rua de BH completa mais de 30 mil atendimentos

*Iniciativa promovida pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de BH e parceiros, como a DPMG, potencializou o atendimento a esse segmento da população, ainda mais vulnerável diante da pandemia de Covid-19*

O “Canto da Rua Emergencial”, frente humanitária integrada por diversas instituições e sociedade civil para acolhimento à população em situação de rua de Belo Horizonte, realizou 31.778 atendimentos no total, em uma média diária superior a 600.

Durante os 50 dias em que vários grupos e pessoas se uniram e, em uma rede de solidariedade ofereceram apoio à população vulnerável, foram distribuídos mais de 50 mil lanches e 28 mil cafés da manhã. A ação disponibilizou 12.561 banhos, 724 atendimentos odontológicos e distribuiu 1.490 kits de inverno.

[Leia a matéria na íntegra](#)



*A Defensoria Pública de Minas somou esforços para levar acolhimento e dignidade aos que estavam extremamente vulneráveis nas ruas.*

*Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG*



## NA MÍDIA

Defensoria Pública de Minas Gerais promove

# 8º MUTIRÃO DIREITO A TER PAI

33 UNIDADES DA DPMG

EVENTO VIRTUAL



PORTAL CNJ [Acesse aqui](#)

Defensoria Pública mineira abre inscrições para o “Mutirão Direito a Ter Pai 2020”

PORTAL HOJE EM DIA [Acesse aqui](#)

Defensoria Pública abre inscrições para mutirão ‘Direito a Ter Pai’

RÁDIO ALVORADA [Acesse aqui](#)

Mutirão para reconhecimento de paternidade é iniciado pela Defensoria Pública

PORTAL JORNAL DA CIDADE BH [Acesse aqui](#)

Defensoria Pública mineira abre inscrições para o “Mutirão Direito a Ter Pai 2020”

RÁDIO CBN [Acesse aqui](#)

Defensor público-geral fala sobre a abertura das inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai

JORNAL MINAS 1ª EDIÇÃO [Acesse aqui](#)

Defensor-geral fala sobre Mutirão Direito a Ter Pai e a importância do reconhecimento da paternidade

RÁDIO ITATIAIA [Acesse aqui](#)

Defensora pública fala sobre inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai da DPMG

PORTAL G1 MINAS [Acesse aqui](#)

Começa nesta terça mutirão de reconhecimento de paternidade em Minas Gerais

INTER TV NOTÍCIA - GRANDE MINAS [Acesse aqui](#)

Inscrições para o mutirão Direito a ter pai podem ser feitas a partir dessa terça (01)

MG1 - 1ª EDIÇÃO [Acesse aqui](#)

Defensora pública fala sobre inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai da DPMG

BOM DIA MINAS [Acesse aqui](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais faz mutirão virtual para reconhecimento de paternidade

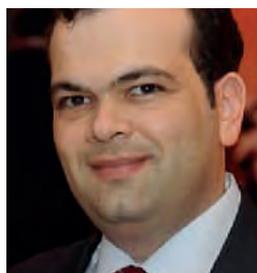


## ESCOLA SUPERIOR

### Live da Esdep-MG: defensores públicos falam sobre a função ombudsman

Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) dessa semana, os defensores públicos Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, de Minas Gerais, e Marcos Vinicius Manso Lopes Gomes, de São Paulo, falaram sobre a função de Ombudsman da Defensoria Pública.

A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.



A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram @defensoriamineira, onde o link fica disponível.

## ESCOLA SUPERIOR

# ‘Diálogos com a Desits’ analisa direito bancário sob a ótica do consumidor

O sétimo encontro virtual da série “Diálogos com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP-MG), abordou o tema “Direito Bancário na Jurisprudência”. A reunião aconteceu nesta sexta-feira (4/9).

O sétimo encontro virtual da série “Diálogos com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP-MG), abordou o tema “Direito Bancário na Jurisprudência”. A reunião aconteceu nesta sexta-feira (4/9).

A matéria foi apresentada pelo defensor público Felipe Soledade, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits-Cível). Sob a ótica da defesa do consumidor, os defensores públicos analisaram súmulas do



Superior Tribunal de Justiça (STJ) e questões que têm repercussões práticas para os assistidos da DPMG.

### “Diálogos com a Desits”

A série “Diálogos com a Desits” tem por objetivo traçar diretrizes entre defensoras e defensores públicos em atuação na Segunda Instância e Tribunais Superiores Criminal e Cível, visando à uniformização de uma atuação estratégica para melhores resultados em favor dos assistidos da DPMG.

O encontro foi realizado pela plataforma Microsoft Teams, aberto a todas as defensoras e defensores públicos. A ferramenta permite que fiquem

armazenadas as conversas do chat da reunião e funciona como um arquivo dinâmico para os participantes, possibilitando que sejam anexados documentos.

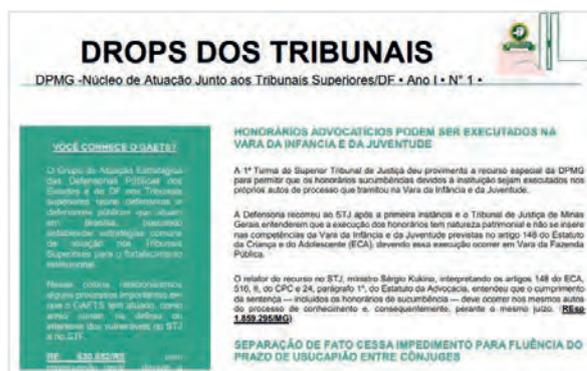
A próxima edição do evento, que contemplará a área criminal, será na sexta-feira (11/9), a partir das 10 horas. Será a segunda parte do debate sobre “Temas Criminais em que os recursos da DPMG vêm obtendo êxito”. Veja outras informações no site da Esdep ([escolasuperior.mg.def.br](http://escolasuperior.mg.def.br)).

### “Drops dos Tribunais”

Durante o evento virtual, o Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores da DPMG lançou o “Drops dos Tribunais”, um informativo periódico em formato sucinto em mídia digital, para divulgação de importantes decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG.

O “Drops dos Tribunais” traz também informações acerca do trabalho realizado em Brasília pelo Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (GAETS).

[Acesse aqui](#)



## PROCEDIMENTOS INTERNOS

### ESDEP INFORMA

#### **Esdep promove treinamento para o uso do Office 365 e do APP DPMG**

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) promoverá, em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), dois eventos para treinamento e orientações sobre dúvidas referentes ao uso das novas ferramentas tecnológicas da DPMG: o APP DPMG e o pacote Office 365. Ambas chegam para otimizar e facilitar o trabalho de todos. O público-alvo são defensores públicos, servidores, terceirizados da MGS e estagiários. Não há necessidade de inscrição.

O “Treinamento Office 365” terá duas datas para a escolha dos interessados. A primeira será no dia 9 de setembro (quarta-feira), às 10 horas, e a segunda em 10 de setembro (quinta-feira), às 14 horas. O conteúdo inclui orientações de acesso ao portal [Office.com](#), recursos do Outlook, navegação na plataforma Teams e Onedrive.

Para participar do treinamento do dia 9/9, [clique aqui](#).

Para participar do treinamento do dia 10/9, [clique aqui](#).

O “Bate-Papo para tirar dúvidas sobre o APP DPMG” ocorrerá no dia 10 de setembro (quinta-feira), às 10 horas. Os participantes receberão orientações de uso do aplicativo: como baixar, como acessar, como navegar, como interagir com o assistido, como interagir entre defensores e servidores, como enviar e receber arquivos, entre outras funcionalidades. Para participar, [clique aqui](#).

#### **Aberta consulta para cooperação voluntária e temporária na Defensoria de Execução Penal de Teófilo Otoni**

A Resolução nº 251/2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 4/9/2020, dispõe sobre abertura de consulta para interessados em participarem de cooperação voluntária e temporária na Defensoria de Execução Penal de Teófilo Otoni nos processos do sistema eletrônico de execução unificado – SEEU.

A cooperação está prevista para início em 16 de agosto 2020 e término em 16 de março de 2021, podendo o período ser prorrogado se for imprescindível para a continuidade dos serviços, sem prejuízo das atribuições do cargo no órgão de atuação do cooperador.

Estão habilitadas todas as defensoras e defensores públicos não integrantes da Defensoria em Teófilo Otoni-MG que já possuem certificado digital.

Os interessados deverão solicitar inscrição por e-mail, até o dia 11 de setembro, às 17 horas, direcionado ao endereço: [gabinete@defensoria.mg.def.br](mailto:gabinete@defensoria.mg.def.br). Fica autorizada a compensação de um dia para cada dez dias de serviço, mediante apresentação de certidão a ser expedida pela Coordenação Local, cujo exercício dependerá de ajuste prévio com a respectiva Coordenação do órgão de titularidade do (a) cooperador (a). Para mais informações, [clique aqui](#) para ler a Resolução nº 251/2020.